

## **Igreja, povo e Estado na Noruega**

### **Observações sobre um processo de mudança**

**Berge Furre**

**Resumo:** Um relato para leitores brasileiros sobre a situação da Igreja na Noruega, onde a Igreja Luterana é estatal. Reforçando um processo de mudança nesta configuração, o fenômeno recente do “asilo eclesiástico” a refugiados do leste europeu ameaçados de repatriamento pelas autoridades deixa entrever a imagem de uma Igreja cada vez menos subjugada à autoridade do Estado e cada vez mais comunitária, sem com isso deixar de ser *Volkskirche*, Igreja nacional.

**Resumen:** Un relato para lectores brasileños sobre la situación de la iglesia en Noruega, donde la Iglesia Luterana es estatal. Reforzando un proceso de cambio en esta configuración, el fenómeno reciente del “asilo eclesiástico” a refugiados del este europeo amenazados de repatriamento por las autoridades deja entrever la imagen de una iglesia cada vez menos subyugada a la autoridad del Estado y cada vez más comunitaria, sin dejar con eso de ser *Volkskirche*, iglesia nacional.

**Abstract:** This is a report for Brazilian readers about the situation of the Church in Norway, where the Lutheran Church is a state church. Reinforcing the process of change in this configuration, the recent phenomenon of “ecclesiastical refuge” for refugees from Eastern Europe who were being threatened with repatriation by the authorities permits one to see the image of a Church that is increasingly less submissive to the authority of the State and ever more communitarian, without ceasing to be a *Volkskirche*, a national church.

No outono de 1993 a Igreja da Noruega recebeu hóspedes incomuns: cerca de 800 refugiados de Kosovo, na ex-Iugoslávia, buscaram refúgio em mais de cem igrejas para evitar uma “repatriação”. Eles foram acolhidos por comunidades que apoiaram esses “asilados em igrejas”. A Igreja foi incisivamente criticada pelo governo por praticar a desobediência e negligenciar resoluções democráticas.

Nestas observações, utilizo esse acontecimento como referência e ilustração para entender o processo de mudança da relação de nossas igrejas com o Estado e a sociedade: a “Igreja dos asilados” de hoje é diferente da “Igreja da obediência” de ontem.

1. *O asilo eclesiástico torna visível uma evolução da “Igreja da autoridade” para a “Igreja das comunidades”.*

Quando o absolutismo real foi introduzido em 1660, o monopólio religioso ancorado na legislação era inteiramente claro: os pastores e “superintendentes” eram funcionários do rei, devendo-lhe obediência como servidores do monarca cristão. A Igreja da autoridade e a Igreja compulsória transformaram-se em princípio. Essa “Igreja da autoridade” sobreviveu à constituição democrática de 1814.

Portanto, a liberdade religiosa veio lentamente — assim como a democratização da Igreja. Só a partir de 1920 as comunidades puderam eleger um conselho comunitário [presbitério]. Um Sínodo só foi organizado em 1985. E até 1987 os pastores eram formalmente nomeados pelo rei.

O episódio do asilo eclesiástico de 1993 ilustra o processo de paulatino desaparecimento da Igreja da autoridade. As comunidades seguiram sua convicção e consciência, embora constitucionalmente a Igreja ainda fosse uma Igreja estatal. E muitos/as pastores/as participaram ativamente desse movimento, embora ainda fossem funcionários públicos.

2. *O asilo eclesiástico mostra também como a Igreja tem sua base e prioridade nas comunidades, com conselho comunitário, culto e pastor/a.*

Uma das conseqüências da estrutura ministerial autoritária da Igreja estatal foi o desenvolvimento histórico, no século passado, de organizações leigas independentes que se tornaram ativas na missão interna e externa. Elas assumiram a vida prática da comunidade, independentemente de pastores e prédios. Em amplas áreas do país o pastor ficou bastante isolado na Igreja.

Essa situação mudou nas últimas décadas. As atividades cristãs organizadas retornaram paulatinamente para o culto, o ministério e o prédio da Igreja. Essa mudança expressou-se no movimento pelo asilo eclesiástico: comunidades conscientes tomaram a iniciativa de agir e o/a pastor/a exercia mais o papel de representante da comunidade do que a função de representante do Estado.

3. *O asilo eclesiástico atesta também uma conseqüência particular da secularização generalizada que nem sempre percebemos com clareza: a secularização proporcionou certa liberdade de ação para nossa Igreja.*

Não existe mais uma cultura unitária. Desapareceu igualmente a noção da necessidade da conformidade religiosa como pressuposto da ordem social. Por conseguinte, a Igreja pode exercer com mais facilidade um papel crítico e profético. Este é também um dos pressupostos da “Igreja dos asilados”.

4. *O asilo eclesiástico — e sua repercussão entre o povo — testemunha um aspecto importante do papel da Igreja e da religião na vida e na consciência do povo numa sociedade secularizada.*

Na Noruega, 85% da população são membros da Igreja evangélica [luterana]. Uma parcela de 10 a 15% da população é formada por pessoas ativas na Igreja no sentido de que, ao menos uma vez por mês, freqüentam o culto ou participam de reuniões de caráter religioso.

Muitos — a maioria — querem ter acesso à Igreja quando precisam dela. Desejam portas abertas e um/a pastor/a quando a vida está em jogo.

O asilo eclesiástico e a reação da opinião pública atestam que a secularização tem limites. O governo ficou muito atento a isso, não permitindo a entrada da polícia nas Igrejas.

5. *O asilo eclesiástico também nos ensinou algo sobre o significado de ser Igreja — Igreja nacional [“Volskirche”].*

Começou-se a falar — também fora dos grupos ativos na Igreja — da “integridade do espaço sagrado”. A rigor, a idéia de espaço sagrado não é luterana. Talvez nós teólogos/as tenhamos nos esquecido de algo de que as pessoas sofredoras se lembraram e que era tão forte, que fez com que as autoridades seculares se curvassem.

6. *O asilo eclesiástico também implica um aspecto relacionado com a nova situação multicultural de nosso país e de nossa Igreja.*

Portas de Igrejas foram abertas para exilados muçulmanos. Uma mentalidade bastante isolacionista mudou. Existem cerca de 70 mil imigrantes muçulmanos num país com 4 milhões de habitantes. Vivemos no limiar de uma sociedade multicultural. Recentemente foi possível formar um fórum comum das diversas religiões e crenças.

Uma última pergunta: a Igreja vai manter-se como “Igreja estatal”? Por quanto tempo?

A resposta não é tão simples. Em função de nossa história, o Estado e a Igreja estão profundamente ligados um ao outro. A ordem caracteriza a cultura, as instituições, as leis e a atitude para com a religião. A ordem dá muitas vantagens à Igreja, e a maioria da população não deseja mudanças.

Ainda assim, creio que temos de nos preparar para uma situação sem Igreja estatal. A situação multicultural e a relação com questões de direitos humanos tornam dúbia a manutenção do sistema de Igreja estatal.

Por que, porém, a maioria da população deseja uma Igreja estatal? Creio que a razão mais importante é que elas acham que a Igreja estatal lhes pertence. Elas encaram o Estado como democrático: o Estado são todos. Enquanto o Estado estiver ligado à Igreja, esta será para todos.

A luta de grupos conservadores na Igreja contra o direito das mulheres à pregação, mais tarde contra o direito delas à ordenação — e recentemente a resistência contra a nomeação de uma bispa —, bem como a luta do clero, no passado, contra a democracia parlamentar, contra o movimento operário — tudo isso em conjunto criou uma profunda desconfiança para com homens sérios de “colarinho virado”. Muitas pessoas encontram uma segurança para “sua” Igreja se o Estado cuidar dela um pouco e promover um certo equilíbrio no colégio de bispos.

Acrescenta-se a isso a liberdade de responsabilidade, que não é tão simpática: “Eu pago impostos, e o Estado providencia uma Igreja para mim quando precisa dela.” Só 30% dos membros da Igreja participam das eleições comunitárias. Isto é um escândalo, naturalmente. Mas a maioria crê que a responsabilidade está com outros — nas mãos seguras do Estado.

Entretanto, um pressuposto absolutamente necessário de uma mudança é que haja primeiro um movimento de despertar para a responsabilidade na Igreja. Isso é necessário para que a Igreja subsista como Igreja nacional, e não vire um campo de batalha de interesses particulares na luta por posições.

Pode tal estrutura de Igreja nacional ser uma Igreja verdadeira e também desempenhar um papel profético de crítica social? Pode uma Igreja assim falar e agir com clareza na defesa de nosso planeta contra as ameaças ecológicas de nossa época, ou contra o abismo que separa ricos e pobres no mundo, ou defender os interesses dos oprimidos em nossa sociedade? Pode uma Igreja nacional enfrentar o desafio do neoliberalismo globalizado com suas pretensões ideológicas totalitárias?

Nos últimos anos o Sínodo se manifestou de forma crítica contra a política de refugiados, criticou a construção de novas usinas à base de gás retirado do Mar do Norte e tratou também de forma crítica a sociedade de consumo como desafio ético. É quase só na Igreja que se faz crítica social básica. A Igreja nacional é um marco em que a Igreja pode desenvolver-se “a partir de baixo” como contracultura, e, em vista da situação reinante na Noruega, creio que a Igreja nacional tem profundas e necessárias raízes no povo.

Berge Furre  
University of Oslo  
Faculty of Theology  
P.O. Box 1023 Blindern  
N-0315 Oslo  
Noruega